

ATA DA 47ª REUNIÃO TÉCNICA DO
CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE
INTERNO – CONACI, REALIZADA NO DIA 22
DE SETEMBRO DE 2023, NA CIDADE DE
CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, sexta-feira, iniciou-se a quadragésima sétima Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno – RTC, às nove horas, no Hotel Deville Prime, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, pelo Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno – Conaci, e Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE-MG, **Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda**, e pelo anfitriões do evento, **Carlos Eduardo Girão de Arruda**, Controlador-Geral do Estado do Mato Grosso do Sul – CGE/MS e **Janeth Lins**, representando o Controlador-Geral do Município de Campo Grande, João Batista Pereira Júnior, com a presença dos seguintes membros: **REGIÃO CENTRO-OESTE: Henrique Moraes Ziller**, Controlador-Geral do Estado de Goiás – CGE/GO; **Paulo Farias Nazareth Netto**, Controlador-Geral do Estado de Mato Grosso – CGE/MT; **Daniel Alves Lima**, da Controladoria-Geral do Distrito Federal; **André Fagundes Chegum**, representando a Secretaria Municipal de Transparência e Controle Interno de Palmas/TO; **José Humberto Muniz Filho**, Controlador-Geral do Estado de Tocantins. **REGIÃO NORDESTE: Luís Augusto Peixoto Rocha**, Auditor-Geral do Estado do Bahia – AGE/BA; **Danielle Carvalho Assunção**, representando a Controladoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte – CGE/RN; **Diego Fabrício Albuquerque**, Controlador-Geral do Município de João Pessoa – CGM/João Pessoa; **Érika Gomes Lacet**, Controladora-Geral do Estado de Pernambuco – CGE/PE e 2ª Vice-Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno; **Aloísio Barbosa de Carvalho Neto**, Controlador e Ouvidor Geral do Ceará; **Letácio Tenório Guedes Júnior**, Controlador-Geral do Estado da Paraíba – CGE/PB; **Maria Christina Machado Publio**, Secretária-Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral do Município de Fortaleza, **Raul Cancian Mochel**, Secretário de Transparência e Controle do Estado do Maranhão – STC/MA; **Rodrigo Ferraz Quidute**, Controlador-Geral do Município de Natal – CGM/Natal; **Bruno Garrido Gonçalves**, Controlador-Geral do Município de Camaçari/Bahia; **Décio Gomes de Moura**, representando a Controladoria-Geral do Estado do Piauí – CGE-PI; **Silvia Helena Correia Vidal**, Controladora-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Alece, **Mariana Silva Costa**, Controladora-Geral do Município de Aracati/CE; **José de Barros Lima Neto**, Secretário Municipal de Controle Interno de Maceió e **Sérgio Motta**, Controlador-Geral do Município de São Luís – CGM/São Luís. **REGIÃO NORTE: Érico Veríssimo Assunção de Carvalho**, Controlador-Geral do Estado de Roraima – CGE/RR; **Nair Mota dias**, Controladora-Geral do Estado do Amapá; **Jonhy Milson Oliveira Martins**, representando a Controladoria-Geral do Município de Porto Velho – CGM/Porto Velho; **Patrícia Cavalcante de Oliveira**, representando a Controladoria-Geral do Estado do Acre; **Alan Negri Feitosa**, representando a Controladoria-Geral do Estado de Rondônia; **Ozório Adolfo Juvenil Góes Nunes de Sousa**, Auditor-Geral do Estado do Pará; **Willian Alfonso Ferreira Filgueira**, Controlador-Geral do Município de Rio Branco/AC. **REGIÃO SUDESTE: Thalita Abdala Aris**, representando a Controladoria-Geral do Município de São Paulo – CGM/São Paulo; **Daniela de Mello Orlandi**, Controladora-Geral do Município de Itabirito – CGM/Itabirito; **Demétrio Abdennur Farah Neto**, Controlador-Geral do Estado do Rio

de Janeiro – CGE/RJ; **Edmar Moreira Camata**, Secretário de Estado de Controle e
Transparência do Espírito Santo - SECONT/ES e 1º. Vice-Presidente do Conaci;
Gustavo Avellar Bramili, Controlador-Geral do Município do Rio de Janeiro –
CGM/Rio de Janeiro; **Jéssica Parreiras Maciel**, Controladora-Geral do Município de
Brumadinho – CGM/Brumadinho; **Júnia Cecília Camargo de Oliveira**, Controladora-
Geral do Município de Uberaba – CGM/Uberaba; **Leonardo de Araújo Ferraz**,
Controlador-Geral do Município de Belo Horizonte – CTGM/Belo Horizonte; **Otávio**
Júnior Rodrigues Postay, Secretário Municipal de Controle e Transparência de Vila
Velha – SEMCONT/Vila Velha; **Kédyma Marques de Souza**, representando a
Controladoria-Geral do Município de Cachoeiro do Itapemirim/ES; **Bruno Barbosa de**
Souza Santos, da Câmara Municipal de Campinas. **REGIÃO SUL: Luciana Carla da**
Silva de Azevedo, Controladora-Geral do Estado do Paraná -CGE-PR; **Bárbara**
Baum Vivian, representando a Controladoria-Geral do Município de Porto Alegre –
CGM/Porto Alegre; **Carlos Geminiano Rodrigues**, da Contadoria e Auditoria-Geral
do Rio Grande do Sul; **Márcio Cassol Carvalho**, Controlador-Geral do Estado de
Santa Catarina. **MANHÃ:** declarada oficialmente aberta a 47ª. Reunião Técnica do
Conaci, pelo **Presidente Rodrigo Fontenelle**, que agradeceu aos anfitriões e deu
boas-vindas a todas as pessoas participantes, que também tiveram a oportunidade de
participar do Encontro Nacional, evento promovido pelo Conaci, que antecedeu a 47ª.
RTC e que teve uma excelente repercussão presencial e nas redes sociais. **Rodrigo**
Fontenelle aproveitou para adiantar alguns temas a serem apresentados e ou
deliberados, como a eleição da Direção para o próximo biênio; a revisão do Estatuto
do Conaci; a entrega da Cartilha sobre Promoção da Integridade com base em Risco
conforme a Lei 14.133/2021, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes
- UNODC, da ONU, com estudo técnico, lançado em Brasília no mês de setembro de
2023; aprovação de resoluções, de atas e de enunciados, além da última aula do
curso de liderança, a ser ministrada no turno da tarde, após o encerramento da
reunião. Em seguida, passou a palavra ao **Edmar Camata**, Primeiro Vice-Presidente
do Conaci, que cumprimentou a todos e agradeceu aos anfitriões pela dedicação na
organização do evento; ele elogiou as palestras e a confraternização dos membros
ocorridas nos dias antecedentes à RTC. Para o Vice-Presidente **Camata**, haverá
avanço nas discussões estatutárias, que se inserem na revisão do planejamento
estratégico, que, por sua vez, contou com a participação dos próprios membros. Ao
final, ele desejou um produtivo dia de trabalho. Na sequência, a palavra foi outorgada
à Segunda Vice-Presidente do Conaci, **Erika Lacet**, Controladora-Geral do Estado de
Pernambuco, que cumprimentou todas as pessoas, parabenizou os anfitriões e
desejou uma excelente reunião aos colegas. Na sequência, o anfitrião, Controlador-
Geral do Estado do Mato Grosso do Sul, **Carlos Eduardo Girão**, reiterou as boas-
vindas aos colegas e desejou manhã produtiva de trabalhos do Colegiado, com
conclusão do curso de liderança no turno da tarde, além de agradecer a parceria da
Prefeitura de Campo Grande para a organização do encontro. Após, a co-anfitriã
Janeth Lins, representante da Controladoria-Geral do Município de Campo Grande,
agradeceu a presença de todos em nome da Prefeita Adriane Lopes e do Controlador-
Geral do Município, João Batista. Janeth ressaltou a importância do Conaci para todos
os membros, especialmente para os municípios, que dependem de eventos
estratégicos para desenvolvimento contínuo do controle interno. A palavra foi
devolvida ao **Presidente Fontenelle**, que iniciou com a pauta da eleição da Direção
para o próximo biênio–2024/2025. **Fontenelle** informou que o artigo dezessete do
Estatuto contém as disposições sobre a eleição, além de lembrar a todos que o
mandato da atual gestão se encerrará em dezembro de 2023, não sendo permitida

recondução. A eleição ocorre no terceiro dia do Encontro Nacional, que coincide com o primeiro dia da Reunião Técnica, que também é o momento de inscrição das chapas com as candidaturas. Fontenelle franqueou a manifestação às chapas interessadas para posterior votação aberta com os adimplentes, lembrando que membros associados não têm direito a voto. O voto insere-se como direito exclusivo de membros filiados, que abrangem os estados e os municípios em que se situam capitais. Na sequência, o Controlador-Geral do Estado da Paraíba, **Letácio Tenório Guedes Júnior**, pediu a palavra. Letácio cumprimentou todos os presentes e adiantou que não se interessa por candidatura à Direção do Conselho. Letácio sugeriu que o processo eleitoral seja precedido de divulgação mais ampla do que a divulgação realizada, por motivos de maior transparência ao processo. Para Letácio, o aperfeiçoamento da governança do Conaci, especialmente em se tratando da primeira eleição do Conselho após a pandemia, poderia ter ocorrido com maior divulgação, inclusive no grupo institucional de WhatsApp. Durante a pandemia seguiu-se rito diferenciado para a eleição em razão das circunstâncias, com eleição na última RTC do último ano da gestão anterior, do Leonardo Ferraz. Com o retorno da normalidade, Letácio sugeriu que o processo eleitoral seja revisto, postergando-se a eleição para a última RTC do exercício, oportunizando a todos os interessados a participação na eleição. Com a conclusão da manifestação do Letácio, o **Presidente Fontenelle** esclareceu que a eleição da atual gestão, ocorrida Curitiba, deu-se durante a penúltima RTC do ano e não durante a última RTC, como mencionado equivocadamente pelo Letácio. Fontenelle esclareceu que a eleição da gestão atual seguiu rigorosamente as prescrições estatutárias e concordou com Letácio no que se refere à possibilidade de aprimoramento contínuo do processo eleitoral do Conselho. Contudo, Fontenelle registrou que a legitimidade do processo eleitoral em curso não pode ser contestada, pois segue, desde a convocação, por ofício amplamente divulgado, nos prazos regulamentares, a transparência e todas as prescrições previstas no artigo dezessete do Estatuto do Conselho. Ademais, Fontenelle registrou que todos os membros, que são ocupantes de cargos de titulares de unidades centrais de controle interno, devem conhecer o próprio Estatuto que rege o Conselho em que se inserem. Na sequência, Fontenelle passou a palavra para o **Diego Fabrício de Albuquerque**, Controlador-Geral do Município de João Pessoa, que cumprimentou todos os presentes, adiantou que não é candidato e manifestou que entende que o processo eleitoral pode ser aprimorado. Para Diego, a reforma do Estatuto deve abranger maior participação dos municípios no processo eleitoral e, consequentemente, na gestão do Conaci, com publicação de edital prévio e possibilidade de maior preparação dos interessados. Encerrada a manifestação do Diego Fabrício, o **Presidente** informou que eventual deliberação pela realização da eleição na última RTC da gestão pode acarretar dificuldades operacionais na própria transição de gestão, exemplificando com a transferência de titularidade da própria conta bancária do Conselho. Na sequência, Fontenelle passou a palavra ao **Henrique Ziller**, Controlador-Geral do Estado de Goiás. Ziller manifestou que não é candidato e que apoia a eleição de um possível candidato. Ele reconheceu que não se atentou para a pauta no ofício convocatório e que fora surpreendido com a eleição. Contudo, Ziller entende que o processo eleitoral é legítimo, em que pese a possibilidade de aprimoramento com maior divulgação. **Leonardo Ferraz** pediu a palavra para registrar que o trâmite eleitoral do Conselho se encontra bem desenhado no estatuto, incluindo o registro de chapas, que deve ocorrer no dia da eleição. Para Ferraz, a ampliação da participação dos municípios é bem-vinda, inclusive em razão de ele mesmo ser titular de unidade central de controle interno municipal, desde que a alteração estatutária

144 seja oportuna, ou seja, em momento anterior à eleição. Para Ferraz, todos os
145 membros podem e devem contribuir com o Conselho, desde que o façam com atenção
146 às datas e prazos estatutários. Não tendo havido manifestação oportuna, as objeções
147 às regras estatutárias no momento da eleição são ilegítimas. Fontenelle agradeceu
148 ao Leonardo Ferraz e passou a palavra à **Maria Christina Machado Publio**, da CGM-
149 Fortaleza, que registrou que o grupo do Conselho é pequeno. Para ela, dissidências
150 podem ocorrer inclusive em eleições de condomínio, que são integrados por poucas
151 pessoas. Ela exemplificou com uma situação vivenciada por ela quando foi convocada
152 para exercer mandato tampão de síndica. Christina lembrou que a comunicação é
153 muito importante para a continuidade dos trabalhos desempenhados pelos dirigentes.
154 Ela registrou que os momentos de que todos os membros dispõem presencialmente
155 naquela manhã juntos na sala podem ser mais bem aproveitados com diálogo para
156 que o resultado da eleição seja legitimado, com solução satisfatória para todos,
157 mitigando-se desconfortos. Christina sugeriu pausa para a instituição de grupos
158 pequenos para debater as angústias do Conselho, a exemplo de experiência
159 vivenciada por ela em Harvard. Após, **Silvia Helena Correia Vidal**, da Assembleia
160 Legislativa do Ceará cumprimentou todas as pessoas e informou que não é candidata
161 e não tem direito a voto. Para Silvia, o maior desafio do Conaci é o fortalecimento do
162 conselho interno municipal. Em razão disso, a representatividade municipal na direção
163 do Conselho é necessária, filiando-se à manifestação do Letácio no que se refere à
164 necessidade de revisão do processo eleitoral, com apresentação prévia de propostas
165 de gestão pelas candidatas. Ela concordou com Fontenelle no que se refere à
166 dificuldade de logística de transição, pois a eleição na última RTC do ano compromete
167 esse processo. **Fontenelle** lembrou que o processo eleitoral não foi objeto de
168 propostas de membros em nenhum dos momentos de debates de revisão estatutária
169 postos nas últimas Reuniões Técnicas do Conselho. Para Fontenelle, as atividades
170 de rotina do Conaci tornam-se exaustivas quando há baixa participação dos membros
171 e conclamou todos a colaborarem mais, pois o Conselho é de todos. Na sequência,
172 **Érico Veríssimo Assunção de Carvalho**, da CGE-RR, manifestou anuência à
173 manifestação da Silvia Helena. Para ele, a antecipação do edital com apresentação
174 de propostas é boa sugestão. O aprimoramento do controle interno, nivelando-se os
175 estados, com criação de rede estadual de controle e transparência, capilarizando-se
176 recursos orçamentários e de pessoal, é uma sugestão, além de apoio político para
177 criação de propostas de emenda constitucional para alocação de percentual mínimo
178 orçamentário para o controle interno. Para ele, a apresentação de propostas na
179 próxima RTC, em João Pessoa, é imprescindível, após a declaração de vitória da
180 chapa vencedora. Ao final, Érico agradeceu a todos e adiantou que pretende ser
181 candidato a receber a segunda RTC de 2024. **Fontenelle** lembrou que a última RTC
182 do ano é a oportunidade de eleição e votação das unidades que sediarão os encontros
183 do ano subsequente e que a candidatura de Roraima será bem-vinda. Após, a palavra
184 foi transferida para a **Thalita Aris**, representante da Controladoria-Geral do Município
185 de São Paulo, que aderiu às manifestações dos colegas no sentido da necessidade
186 de ajustes das regras estatutárias atinentes ao processo eleitoral de dirigentes do
187 Conselho, que podem sofrer alterações democráticas para aprimoramento. Para ela,
188 a melhoria dos fluxos é obrigação do Conselho. O **Presidente Fontenelle** passou a
189 palavra para o **Letácio Tenório**, que reafirmou que defende a transparência no
190 aprimoramento dos fluxos para que haja alinhamento prévio, democrático e
191 transparente do processo eleitoral, que pode ser aprimorado. Letácio não questionou
192 a lisura do processo, mas sim melhorias para construção coletiva. **Fontenelle** passou
193 a palavra ao **Luís Augusto Peixoto Rocha**, que lembrou que os rumos do Conselho



194 são definidos coletivamente, através da aprovação de planejamento estratégico.
195 **Fontenelle** ressaltou que os sete objetivos estratégicos do Conaci foram
196 apresentados durante a primeira Reunião Técnica do ano anterior e aprovados na
197 oportunidade da segunda Reunião Técnica de 2022, na cidade de Rondônia. **Otávio**
198 **Rodrigues Postay** manifestou-se satisfeito com os debates republicanos no
199 Conselho. Para Otávio, o sufrágio e a forma de convocação precisam ser
200 aprimorados, mas a eleição é legítima e deve ocorrer neste dia, seguindo-se as regras
201 atualmente vigentes. Otávio informou que integra grupo de trabalho do Conaci
202 atinente aos municípios. Para ele, as chapas não devem ser integradas apenas por
203 estados ou apenas por municípios, mas a oportunidade de revisão das regras do
204 sufrágio deve ocorrer em outro momento. Além disso, Otávio entende que as pautas
205 macro do controle interno nacional devem ser reforçadas e que as políticas
206 consensualmente negociadas durante a aprovação do planejamento estratégico
207 devem ser observadas. **Rodrigo Fontenelle** propôs pausa de vinte ou trinta minutos
208 e permitiu que **Aloísio Barbosa de Carvalho Neto**, Controlador e Ouvidor Geral do
209 Ceará se manifestasse antes da pausa. Para **Aloísio**, o estatuto vigente é legítimo e
210 a eleição deve ocorrer sem interferências. **Daniel Alves Lima**, da Controladoria-Geral
211 do Distrito Federal, entende que o controle interno deve evoluir em todas as fases,
212 incluindo a função do controle. Para **Daniel Lima**, compreender a interpretação dos
213 integrantes do Conaci é imprescindível. Contudo, o pertencimento deve abranger
214 participação efetiva para que o controle, em âmbito nacional, avance. **Maria Christina**
215 **Machado Publio** pediu a palavra para registrar que apenas o diálogo entre os
216 membros legitimará a candidatura consensual, incluindo a situação de chapa única.
217 O **Presidente Fontenelle** franqueou aos presentes a decisão sobre a pausa de vinte
218 minutos, mas a maioria decidiu prosseguir sem a interrupção proposta. Na sequência,
219 o 1º. Vice-Presidente **Edmar Moreira Camata** manifestou-se para lembrar a todos
220 que todo processo eleitoral, incluindo a eleição para chefe do Poder Executivo,
221 abrange diálogo e agradeceu o apoio recebido pelos pares. Para Camata, o
222 pertencimento significa participação efetiva nas ações implementadas pelo Conselho.
223 O planejamento estratégico desta gestão, construído a partir dos grupos de trabalho,
224 abrange todos os projetos desenvolvidos pela gestão, incluindo o diagnóstico do
225 controle interno dos municípios, que contou com o apoio do Banco Mundial, com 1806
226 municípios respondentes, que é a maior pesquisa realizada no País. Planos de ação
227 dentro dos órgãos de todos os poderes da federação serão implementados a partir
228 desse diagnóstico. Camata ressaltou o maior leque de parcerias nacionais que o
229 Conaci já teve. Camata aproveitou formalizar sua candidatura e apresentou os
230 integrantes da sua chapa: **Érika Lacet**, Controladora-Geral do Estado de
231 Pernambuco, atual 2ª. Vice-Presidente, que representará as mulheres e **Luís**
232 **Augusto Rocha**, da AGE-Bahia, que já pode ser considerado um decano, além de
233 contar com experiência anterior na Direção do Conselho. O Conaci tem grande
234 potencial para entregar aos Controladores oportunidades a serem desenvolvidas no
235 âmbito de seus estados. Grandes capacitações foram entregues aos membros, com
236 repercussão jamais obtida, incluindo o engajamento nas redes e transmissões de
237 eventos. Diálogo e investimento em liderança são ativos desta gestão. O Conaci deve
238 cumprir o papel de apoiar os municípios em sua organização. Para Camata, os
239 resultados somente são visíveis quando a construção é coletiva e as divergências
240 fazem parte de todos os grupos, desde que o propósito seja conciliado, com a
241 percepção coletiva de pertencimento. Os municípios devem ser priorizados. Camata
242 ainda ressaltou que a antecipação do momento eleitoral é uma demanda urgente e
243 que deve ser incluída na revisão estatutária. Novas pautas devem ser incorporadas

244 ao planejamento estratégico, como o aprimoramento do viés humano do controle
245 interno, formando melhores gestores. Camata se dispôs a receber individualmente
246 cada um dos membros, pois pretende avançar junto com todos os colegas. Na
247 sequência, Camata passou a palavra para seus parceiros de chapa. **Érika Lacet**
248 registrou que os debates são necessários para o aprimoramento do Conselho,
249 incluindo comprometimento com pesquisas e participação, além da revisão
250 estatutária. Érika agradeceu a todos pelo apoio e se dispôs a continuar se dedicando
251 ao Conaci. **Luís Augusto Rocha** lembrou que o Conaci cresceu sobremaneira desde
252 a criação; não havia entregas nas primeiras gestões. Para Rocha a rotina dos
253 dirigentes é exaustiva, mas se dispõe a colaborar para o fortalecimento contínuo do
254 Conselho. Rocha parabenizou todos os debates e reforçou que as orientações
255 estratégicas devem ser validadas pelo Conselho. A transformação do controle interno
256 depende da colaboração de todos os membros e não apenas da Diretoria. Após a
257 candidatura da chapa liderada pelo Edmar Camata, o **Presidente Fontenelle**
258 oportunizou a todos os presentes a oportunidade de candidatura, mas não houve
259 interessados. Fontenelle questionou se algum dos presentes tem alguma objeção à
260 chapa candidata, mas ninguém se manifestou. **DELIBERAÇÃO:** por aclamação,
261 foram eleitos para o biênio 2024-2025: Edmar Camata (Presidente), Érika Lacet (1ª.
262 Vice-Presidente) e Luís Augusto Rocha (2ª. Vice-Presidente). **Camata** agradeceu a
263 todos pelo apoio. **Fontenelle** passou a palavra para o **Henrique Ziller**, que
264 parabenizou Fontenelle por sua brilhante Presidência. **Fontenelle** registrou a
265 formação do Coneci Goiás, Conselho Estadual de Conselho Interno. Minas Gerais, à
266 exemplo de Goiás, pretende instituir seu Coneci, já tendo havido assinatura de
267 protocolo de intenções por aproximadamente sessenta municípios mineiros. Nessa
268 perspectiva, Fontenelle propôs deliberação sobre o uso do logo do Conaci pelos
269 Coneci's, o que fortalecerá a marca do Conaci. **Ziller** foi convidado para apresentar a
270 estrutura do Coneci de Goiás. Ziller informou que se encontra em estágio inicial de
271 implementação, tendo havido recente evento de lançamento. O Estatuto do Coneci de
272 Goiás inspirou-se nas diretrizes do Estatuto do próprio Conaci. O Programa de
273 Compliance do Estado apoia os municípios na implementação de seus programas
274 locais. Ziller enfatizou apoio na utilização do logo do Conaci pelos Conecis, o que
275 fortalecerá o Conaci, de forma inédita, em termos de senso de unidade e
276 representatividade. **Fontenelle** agradeceu e passou a palavra para a **Silvia Helena**,
277 que compartilhou a experiência do Ceará, em que há rede de controle interno de
278 gestão pública criada em 2017 por protocolo de intenções celebrado por todos os
279 chefes de poder e respectivos controladores, que já conta com um terço de todos os
280 municípios cearenses; as reuniões são trimestrais; coordenação com mandato de dois
281 anos, permitida a recondução por igual período; assento de todos os poderes. Silvia
282 Helena ressaltou os avanços já conquistados por diversos municípios participantes da
283 rede, incluindo contraditório em rankings de transparência. Silvia propôs que os
284 assentos municipais sejam mantidos no Conaci, a despeito da criação de instituições
285 estaduais. **Mariana Silva Costa**, da CGM-Aracati, lembrou que integra grupo de
286 trabalho do Conaci que estuda a representação do Conaci através das redes
287 estaduais, que devem representar todos os municípios. Mariana lembrou que
288 propostas de membros são bem-vindas para o grupo de trabalho com esse escopo.
289 **Fontenelle** agradeceu a oportuna participação e passou a palavra para a **Luciana**
290 **Carla da Silva**, da CGE-PR, que informou que o Paraná dispõe de fórum de
291 discussões permanentes intitulado "Controla Paraná", que já conta com mais da
292 metade dos municípios paranaenses e que ela pretende migrar para Coneci. Luciana
293 aproveitou para aderir à utilização do logo do Conaci pelas instituições estaduais. Por

último, Luciana divulgou o Congresso de Governança Pública que será realizado em Curitiba nos dias 21 e 22 de novembro, convidando todos os membros a participarem. Fontenelle passou a palavra para a **Thais Venturatto**, jornalista do Conaci, que propôs a instituição de critérios para os Coneci's utilizarem o logo do Conaci. Além disso, Thais sugeriu a adaptação de cores para os Coneci's se diferenciarem do Conaci. **Fontenelle** agradeceu e adiantou que terá que se ausentar para antecipar seu retorno para Belo Horizonte e que durante sua ausência a reunião será interinamente conduzida pelo Vice-Presidente Edmar Camata, nos termos estatutários. Na sequência, **Kédyma Marques de Souza**, representante de Cachoeiro do Itapemirim, registrou a relevância da contribuição do Conaci para os municípios. Para ela, os controles internos municipais atingem novo patamar com essa participação e aproveitou para agradecer o Conaci pela oportunidade. **Edmar Camata** consignou que os fóruns estaduais se encontram em construção e que os municípios do Conaci já se encontram avançados e, por sua vez, inspiram outros municípios. **Otávio Postay** registrou a experiência do Espírito Santo no fórum estadual de controle interno do Espírito Santo, que conta com mais de setenta municípios, criado em 2006/2007. Para Otávio, o estado não pode ser protagonista destas instituições, mas sim caminhar conjuntamente, sob pena de acomodação dos municípios. Ele exemplificou com os ranking's de transparência, que admitem casuisticamente recursos, sem padronização. Otávio defende posicionamento do Conaci junto aos Tribunais de Contas no que se refere à regulamentação de procedimentos nestes ranking's, à exemplo do PNTP da Atricon. **Camata** agradeceu e passou a palavra para o **Bruno Barbosa dos Santos**, Controlador-Geral do Município de Camaçari, que exemplificou a experiência da Bahia, que detém representação em instituição similar ao Coneci, de Goiás. Bruno lembrou que essas redes estaduais se interessam sobremaneira pelos debates travados no âmbito do Conaci. Após, **Thalita Aris** também informou que São Paulo mantém rede estadual congênere que se encontra à disposição para os demais interessados conhecerem a estrutura. **Camata** passou a palavra para o **Leonardo Ferraz**, da CTGM-BH, apresentar a contextualização dos enunciados a serem deliberados durante a reunião. Leonardo retomou o tema ao lembrar que três enunciados foram distribuídos, em São Luís, durante a 46ª. RTC, para a relatoria da **Luciana Daltro de Castro Pádua**, Controladora-Geral da CGE-RN, que produziu parecer sobre as propostas de enunciado. Camata passou a palavra para a **Danielle Carvalho Assunção**, representante legal da CGE-PR. Danielle informou três temas centrais do parecer, que abrangem os três enunciados: natureza do cargo do titular de unidade central de controle interno; se há requisitos para acesso do titular e, por último, sobre a autonomia política e organizacional dos entes políticos para regulamentarem o provimento dessas cargos. Danielle iniciou a leitura do parecer elaborado por Luciana Daltro para submeter à deliberação do Conselho. Leonardo agradeceu o relatório elaborado pela CGE-PR e lembrou que apenas a lei de cada ente político pode impor requisitos para a investidura no cargo de titular de unidade central de controle interno. Além disso, a macro função auditoria é atribuição de competência técnica, que não se confunde com as atribuições de chefia e assessoramento do titular de unidade central de controle interno. Carreira com definição de cargo de provimento efetivo é imprescindível par as atividades de auditoria. Danielle propôs, em caráter substitutivo, os seguintes enunciados

PROPOSTA DE ENUNCIADO 1: Caso haja previsão legal de que os titulares de controle interno irão exercer estritamente as funções de direção, chefia e assessoramento, não pode ser imposta a condição de que esses cargos devem ser ocupados por servidores efetivos.

344 PROPOSTA DE ENUNCIADO 2: Em razão de sua autonomia política, o ente
345 federativo tem discricionariedade para estabelecer requisitos do cargo político de
346 Titular da Unidade Central de controle interno. PROPOSTA DE ENUNCIADO 3: As
347 atividades de auditoria interna devem, necessariamente, serem exercidas por
348 servidores efetivos, uma vez que são função de natureza eminentemente técnica.
349 Houve debates e votação. **DELIBERAÇÃO:** ENUNCIADOS APROVADOS:
350 ENUNCIADO 1: “A jurisprudência do STF não exige que o Titular da Unidade Central
351 de Controle Interno seja integrante da carreira do órgão ou mesmo servidor público
352 efetivo”. ENUNCIADO 2: “O ente federativo, em razão de sua autonomia política, pode
353 estabelecer, por meio de lei, exigências específicas para o provimento do cargo de
354 titular da Unidade Central de Controle Interno.” ENUNCIADO 3: “As atividades de
355 auditoria interna devem, necessariamente, serem exercidas por servidores efetivos,
356 uma vez que são funções de natureza eminentemente técnicas.” A deliberação sobre
357 a proposta de enunciado de relatoria do **Wagner Rosário**, da CGE-SP, sobre a
358 validade de comunicações eletrônicas, ficou prejudicada por ausência do relator, que
359 precisou antecipar sua saída de Campo Grande. **TARDE:** **Edmar Camata** passou a
360 presidir a reunião técnica interinamente e concedeu a palavra para o **Alexandre**
361 **Falcão**, coordenador da Câmara Técnica da Lei Anticorrupção, apresentar as
362 justificativas para a sua proposta de novo enunciado com o seguinte texto: “*Não é*
363 *aplicável a Lei 12.846/2013 a caso de inexecução contratual, quando ausente o*
364 *elemento fraude.*” Com a exposição de motivos, Camata solicitou aos presentes um
365 voluntário para relatar parecer sobre o tema e apresentá-lo para deliberação na
366 Reunião Técnica de João Pessoa. **Júnia Cecília Camargo de Oliveira**, Controladora-
367 Geral do Município de Uberaba, voluntariou-se para elaborar o parecer sobre a
368 proposta apresentada pelo coordenador da Câmara Técnica da Lei Anticorrupção e
369 se comprometeu a entregar seu relatório na oportunidade da 48ª. RTC, em João
370 Pessoa, em 24 de novembro de 2023, quando será submetido à aprovação do
371 Conselho. **Camata** pediu ao **Leonardo Ferraz** que apresente a sua proposta de
372 resolução sobre o fluxo de aprovação de enunciados do Conaci. Para Leonardo, a
373 disciplina para o processo de propositura e aprovação de enunciados é o objeto dessa
374 resolução, que deve ser distribuída a um relator. **DELIBERAÇÃO:** **Thalita Aris**, da
375 CGM-SP ficou com a relatoria da proposta de resolução sobre os enunciados. **Camata**
376 convidou a **Thais Venturatto** para informar sobre o novo curso do Conaci sobre a
377 nova Lei de Licitações, que reúne os maiores especialistas da atualidade – Isabella
378 Britto, Sandro Bernardes, Eurico Bittencourt, Evaldo Ramos, Andrea Soares, João
379 Domingues e Kleber Sousa. Esse curso contou com o apoio financeiro do Banco
380 Mundial e se encontra disponível na plataforma do IDCT, com 25 vagas para cada
381 controladoria. **Camata** comunicou a divulgação de vídeo institucional sobre a entrega
382 da cartilha da sobre promoção da integridade com base em risco conforme a Lei
383 14.133/2021, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC, da
384 ONU, com estudo técnico, lançado em Brasília no mês de setembro de 2023. Além
385 dessa cartilha física da ONU, todos os membros receberam exemplar físico do
386 Diagnóstico Nacional do Controle Interno, com avaliação do nível de estruturação das
387 unidades centrais de controle interno do Poder Executivo dos municípios baseada no
388 COSO I e IA-CM. Na sequência, **Camata** iniciou a pauta da revisão do estatuto e
389 convidou a **Débora Severino**, Secretária-Executiva do Conaci, para apresentar a
390 proposta de alteração. Para Débora, o modelo vigente está defasado, pois a estrutura
391 organizacional atual não condiz com a dimensão do Conselho, inclusive no que se
392 refere à forma de comunicação entre os membros. Nesse ponto, houve a contratação
393 de um aplicativo para gerenciar melhor a interação e os documentos produzidos.

Débora projetou um organograma para os membros visualizarem a estrutura amadurecida, com funções definidas para os dois vice-presidentes, executivo e de controle interno e de governança. Débora consolidou os aspectos centrais da estrutura apresentada para que o grupo de trabalho possa receber as contribuições até que o modelo definitivo seja coletivamente construído para deliberação na próxima RTC, em João Pessoa, quando haverá a votação sobre a revisão estatutária. Além disso, informou que o Conselho não detém capacidade operacional para abranger novos membros. **Camata** franqueou a todos a oportunidade de se manifestarem sobre a proposta de revisão. Além da sugestão de a atividade finalística do Conselho ser priorizada na oportunidade da revisão estatutária, houve elogios à nova estrutura e muitas dúvidas sobre as despesas e alocações orçamentárias. Camata propôs prosseguimento de sugestões no grupo de whatsapp, que possibilitará maiores interações, com o devido aprofundamento vertical. **Edmar Camata** informou que a Direção decidiu custear despesas para a participação de apenas um representante ao Pempal, em vez de duas pessoas, por razões orçamentárias. O Conselho precisa avaliar modalidades adicionais de receitas extraorçamentárias para viabilizar a presença de segundo representante ou mesmo receber voluntariado de controladorias que se interessem por custear as despesas de viagem de segundo participante, às suas expensas. Essa opção tem o mérito de estender a participação, de forma democrática, a todos. **DELIBERAÇÃO**: aprovada a viagem do Presidente Fontenelle para o Pempal em Uzbequistão, na segunda quinzena de outubro de 2023. Na sequência, **Camata** atualizou informações sobre o e-Aud, cedido pela CGU a cinco membros do Conaci (CGM-SP, CGE-Rondônia, CGE-MS, CGE-PE e CGM-Porto Velho), selecionados após diversas etapas de processos seletivos realizados pelo Conaci em conjunto com a CGU. Eles já receberam o sistema e se encontram em fase de realização de três trabalhos de auditoria até o final de 2023. Por último, Camata submeteu a ata da 46ª. Reunião Técnica do Conselho, ocorrida em São Luís, à aprovação. **DELIBERAÇÃO**: aprovada sem ressalvas a mencionada ata. **Camata** mencionou que naquela mesma tarde será ministrada a última aula, presencial, do curso de liderança, ministrado pelo Professora Maria Elisa Moreira, na sequência da reunião. Após, **Edmar Camata** declarou oficialmente encerrada a 47ª. Reunião Técnica. Em cumprimento à deliberação estatutária, eu, **Débora Severino**, Secretária-Executiva, lavrei esta ata, que será submetida à aprovação do Conselho na próxima Reunião Técnica para, em seguida, ser assinada por mim e pelo Presidente **Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda**. Campo Grande, 22 de setembro de 2023.



Débora Severino
Secretária-Executiva



Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda
Presidente



Cartório
Marcelo Ribas

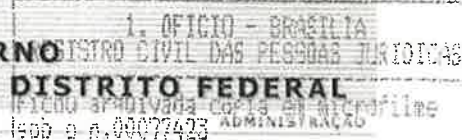
1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL, CASAMENTOS, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
SCS Qtd. 08 BL. B-60 Sala 140-E Venâncio Shopping - Asa Sul - Brasília-DF CEP: 70333-900
Site: www.cartoriomarceloribas.com.br Email: cartoriomaribas-df@terra.com.br Tel: (61) 3224-4026

Registrado e Arquivado sob o número 00008270 do livro n.
19. Dou fé. Protocolado e digitalizado sob nº 00177099

Em 22/12/2023 Dou fé.

Titular: Marcelo Caetano Ribas
Cosimar Alves de Jesus
Diógenes Adriano de Lima Souza
Celo: TJDFT20230210082134UWYN
Para consultar www.tjdf.jus.br



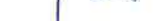


Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, durante o VII Encontro do Fórum Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal, em Brasília-DF, nos dias cinco e seis de julho do mesmo ano, foram aprovados, por unanimidade, pelos titulares dos Estados-membros presentes, a fundação, a constituição e o Estatuto do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal - CNCI. Foi eleita e empossada, para o período de 2007 / 2008, a Diretoria do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal - CNCI, na forma do Estatuto aprovado, composta pelos seguintes membros: Presidente, Maria Celeste Moraes Guimarães, Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais; Vice-Presidente, Sírío Pinheiro Silva, Auditor-Geral do Mato Grosso; Secretário-Executivo, Henrique Hermes Gomes de Moraes, Auditor-Geral Adjunto de Minas Gerais; Junta Fiscal: Roberto Eduardo Ventura Giffoni, Corregedor-Geral do Distrito Federal; Roberval da Silveira Marques, Contador e Auditor-Geral do Estado do Rio Grande do Sul; Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Auditor-Geral do Estado do Espírito Santo. Como membros suplentes da Junta Fiscal foram eleitos: Jacques Silva de Sousa, Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado do Tocantins; Alberto de Sousa Rocha Júnior, Auditor-Geral do Estado do Maranhão; Eugênio Manuel da Silva Machado, Auditor-Geral do Estado do Rio de Janeiro. Na mesma sessão foi implementada a contribuição social, nos termos do Estatuto, e acordado entre os presentes o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), cobrado anualmente. Definiu-se, ainda, como foro e sede para o funcionamento do Conselho, nesta cidade, com localização no SCS, Qd. 01, Bl D, 9º andar/parte, Edifício JK, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70306-900. O Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal - CNCI tem como fundadores os titulares dos Estados-membros: Maria Celeste Moraes Guimarães, Auditora-Geral de Minas Gerais; Maria do Amparo Esmério Silva, Controladora-Geral do Estado do Piauí; Jacques Silva de Sousa, Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado do Tocantins; Mírian Tereza Machado Guerreiro de Freitas, Auditora-Geral do Estado da Bahia; Roberto Eduardo Ventura Giffoni, Corregedor-Geral do Distrito Federal; Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Auditor-Geral do Estado do Espírito Santo; Eugênio Manuel da Silva Machado, Auditor-Geral do Estado do Rio de Janeiro; Roberval da Silveira Marques, Contador e Auditor-Geral do Estado do Rio Grande do Sul; Sírío Pinheiro da Silva, Auditor-Geral do Mato Grosso; Alberto de Sousa Rocha Júnior, Auditor-Geral do Estado do Maranhão; Tereza Regina de Jesus Cordovil Corrêa, Auditora-Geral do Estado do Pará; Antônio Jorge Melo Viana, Secretário da Secretaria de Controle Interno do Estado do Paraná; José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira, Secretário da Secretaria Especial da Controladoria-Geral de Pernambuco, neste ato representado por Cláudia Correia de







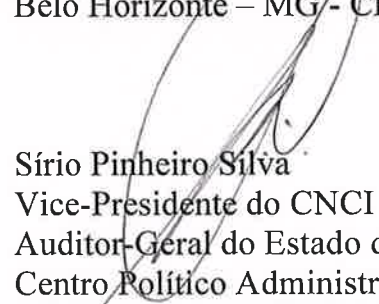


CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL

1. OFICIO - BRASILIA
CENTRO DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.º 00077423

Araújo Santana, Diretora Geral de Controle da Secretaria Especial da Controladoria-Geral do Estado do Pernambuco; Alexandre Lages Cavalcante, Controlador-Geral do Estado de Alagoas, representado legalmente neste ato por Rosa Maria Barros Tenório, Superintendente de Controle Financeiro do Estado de Alagoas. Participaram, ainda, como representantes de seus titulares, os seguintes Estados-membros: Luiz Renato Maciel de Melo, Controlador-Geral Adjunto do Estado de Roraima; Sílvia Helena Bezerra Correia, Secretária Adjunta da Controladoria e Ouvidoria Geral do Ceará; Edla Pinheiro Ribeiro, Diretora de Departamento de Auditoria do Estado do Amapá; e Manoel Caixeta Neto, Superintendente de Ação Fiscalizadora do Gabinete de Controle Interno da Governadoria do Estado de Goiás. E nada mais havendo a tratar, às dezessete horas e trinta minutos, no cumprimento de atribuição formal, Eu, Henrique Hermes Gomes de Moraes, Secretário-Executivo do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CNCI, finalizo o relato das deliberações dos participantes desta reunião ordinária, que, em seguida foi assinada por mim, pela Presidente e membros fundadores do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CNCI.


Maria Celeste Moraes Guimarães
Presidente do CNCI - CPF 374.076.436-84
Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais
Avenida Barbacena, 1219 – Santo Agostinho
Belo Horizonte – MG - CEP 30190-131


Sírío Pinheiro Silva
Vice-Presidente do CNCI - CPF 061.710.101-97
Auditor-Geral do Estado do Mato Grosso
Centro Político Administrativo - Palácio do Governo
Prédio conjunto a SEPLAN
Cuiabá - MT 78050-970


Henrique Hermes Gomes de Moraes
Secretário-Executivo do CNCI – CPF 470.888.936-49
Auditor-Geral Adjunto do Estado de Minas Gerais
Av. Barbacena, 1219 – Santo Agostinho
Belo Horizonte – MG - CEP 30190-131

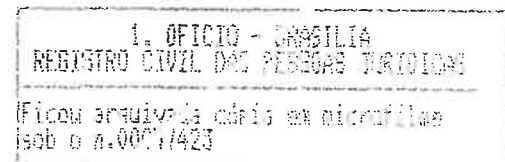

Maria do Amparo Esmerio Silva
Auditora-Geral do Estado do Piauí

CARTÓRIO MARCELO RIBEAS
1. OF. DE REGISTRO DE PESSOAS
JURIDICAS
SUPER CENTER - CO. VENANCIO 2000
R. S. 8.08 BL. 8-60 SL. 140-E L. ANOAR
BRASILIA/DF - TELEFONE: 224-4026

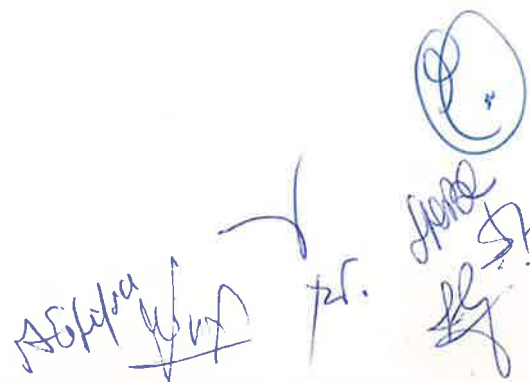
Registrado e Arquivado sob o
numero 00009270 do livro n.
1A-19 em 08/08/2007. Dou. fe.
Protocolado e microfilmado sob
nº 00077423
Brasília, 08/08/2007

Titular: Marcelo Castano Ribas
Subst.: Marcelo Castano Ribas
Geraldina de Barros A. Rodrigues
→ Edlene Nogueira Pereira
→ Edlene de Oliveira Lima
→ Edlene Nogueira Pereira
→ Francisco de Jesus
PO 947421
Marcos Antonio da C. Oliveira
Michelle Barros Lima
Maria Lúcia C. Burity G. Lep

CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL



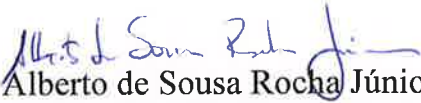
- 91 CPF. 096.114.793-87
92 Av. Pedro Freitas s/n Bloco C - 2º Andar
93 Centro Administrativo
94 Teresina - PI - CEP 64018-900
95
96
97 
98 Jacques Silva e Sousa
99 Secretário Chefe do Controle Geral do Estado do Tocantins
100 CPF. 070.879.421-15
101 Av NS2, Bl Dois - Esplanada das Secretarias/Praça dos Girassóis
102 Palmas - TO - CEP. 77001-002
103
104
105 
106 Mirian Tereza Machado Guerreiro de Freitas
107 Auditora-Geral do Estado da Bahia
108 CPF. 165.085.805-15
109 Avenida Luiz Viana Filho, 390, 3ª Avenida,
110 Plataforma 4 - 3º andar - Ala Norte
111 Salvador - BA - 41746-900
112
113
114 
115 Roberto Eduardo Ventura Giffoni
116 Corregedor-Geral do Distrito Federal
117 CPF. 777.945.167-49
118 SRTVS Quadra 701 BL K- Edificio Embassy Tower
119 Setor Comercial Sul
120 Brasília - DF 70340-000
121
122 
123 Sebastião Carlos Ranna de Macedo
124 Auditor Geral do Estado do Espírito Santo
125 CPF. 048.507.288-20
126 Av. Governador Bley, 236 - Ed. Fabio Ruschi 8º andar - Centro
127 Vitória - ES 29010-150
128
129
130 
131 Eugênio Manuel da Silva Machado
132 Auditor Geral do Estado do Rio de Janeiro
133 CPF. 794.741.797-00
134 Rua da Alfândega, 48 6º andar - Centro
135 Rio de Janeiro - RJ 22070-000
136



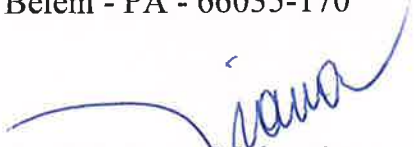
CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL

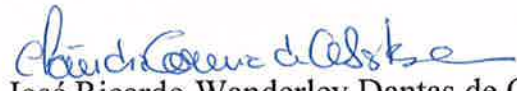
137 
138 Roberval da Silveira Marques
139 Contador e Auditor Geral do Estado do Rio Grande do Sul
140 CPF. 381.852.960-49
141 Av. Mauá, 1155 4º andar sala 404 A - Centro
142 Porto Alegre - 90030-080

1. OFÍCIO - BRÁSILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00077423

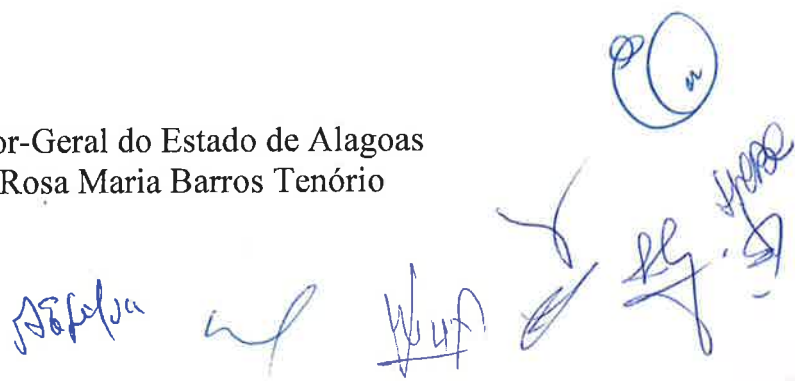
144 
145 Alberto de Sousa Rocha Júnior
146 Auditor Geral do Estado do Maranhão
147 CPF. 406.379.483-00
148 Av. Carlos Cunha, s/n Ed. Nagib Haickel
149 São Luís - MA - 65076-820

151 
152 Teresa Regina Cordovil Corrêa
153 Auditora-Geral do Estado do Pará
154 CPF. 159.062.132-87
155 Av. Nazaré, 871 - Centro Integrado de Governo - Nazaré
156 Belém - PA - 66035-170

159 
160 Antônio Jorge Melo Viana
161 Secretário de Estado da Secretaria de Controle Interno do Estado do Paraná
162 CPF. 200.987.239-87
163 Rua Jacy loureiro de Campos, s/n - Palácio das Araucárias
164 Centro Cívico - Curitiba
165 Paraná - CEP 80530-140

168 
169 José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira
170 Secretário da Secretaria Especial da Controladoria-Geral do Estado do Pernambuco
171 Representado neste ato, por procuração, Cláudia Correia de Araújo Santana
172 Diretora Geral de Controle do Estado do Pernambuco
173 CPF. 420.917.724-53
174 Av. Cruz Cabugá, 1211 - Bairro Santo Amaro
175 Recife - PE - 50040-000

178 
179 Alexandre Lages Cavalcante, Controlador-Geral do Estado de Alagoas
180 Representado neste ato, por procuração, Rosa Maria Barros Tenório

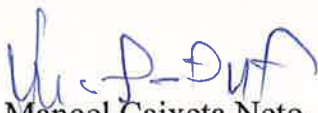


CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL

Superintendente de Controle Financeiro do Estado de Alagoas
CPF. 604.106.804-78
Praça Marechal Floriano Peixoto, 571- Centro
Maceió-AL - CEP57020-090


Luiz Renato Maciel de Melo
Controlador-Geral Adjunto do Estado de Roraima
CPF. 099.605.382-49
Av. Vile Roy, 5.249 - Bairro São Pedro
Boa Vista - RR - 69306-665

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00077423


Manoel Caixeta Neto
Superintendente de Ação Fiscalizadora do Gabinete de Controle Interno da Governadoria
do Estado de Goiás
CPF. 058.056.511-49
Rua 82 s/nº, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 3º andar - S. Sul
Goiânia - GO - 74015-908


Sílvia Helena Bezerra Correia
Secretária Adjunta da Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado do Ceará
CPF. 170.942.593-87
Rua General Afonso Albuquerque Lima s/n
Centro Administrativo Gov. Virgílio Távora - Edifício SEPLAN - 2º andar
Cambeba - 60839-900 - CE


Edla Pinheiro Ribeiro
Diretora de Departamento de Auditoria do Estado do Amapá
CPF. 180.905.752-34
Rua Cândido Mendes, 501 - Centro
Macapá - AP - 68900-100


Inês Cristina Ferreira e Mello Teixeira Dias
Advogada
OAB/MG 80.829 - CPF. 009.704.186-63
Avenida Barbacena, 1219 - Santo Agostinho


Danilo Diniz Cabral
ADVOGADO
OAB-DF 11.358





QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

ATO DE DESIGNAÇÃO CONACI Nº 01/2024

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO - CONACI, no uso de suas atribuições que lhe conferem os artigos 19, inciso X, e 23 do Estatuto, bem como os artigos 26 a 29 de seu Regimento Interno, **RESOLVE:**

Designar o Auditor do Estado vinculado à Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont/ES), **Helmut Mutiz D'auvila**, inscrito sob CPF nº 101.406.057-54, Registro Geral nº 1.856.377 SSP-ES, para exercer a função de SECRETÁRIO-EXECUTIVO do Conaci, com o objetivo de dirigir a Secretaria-Executiva do Conselho, exercendo as atribuições previstas nos artigos 23 e 24 do referido Estatuto e as demais estabelecidas no Regimento Interno.

Vitória (ES), 1º de janeiro de 2024.

**EDMAR
MOREIRA
CAMATA:
08559875700**

Assinado digitalmente por EDMAR MOREIRA
CAMATA:08559875700
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial,
OU=03077236000114, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=(em branco), CN=EDMAR
MOREIRA CAMATA:08559875700
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024.01.19 13:54:11-03'00'
Foxit PDF Editor Versão: 11.0.1

Edmar Moreira Camata
Presidente
Conselho Nacional de Controle Interno – Conaci



EDP ES DISTRIB DE ENERGIA SA
RUA FLORENTINO FALLER 80 ENSEADA
DO SUÁ VITORIA CEP 29050-310
CNPJ 28152650000171 - INSC. ESTADUAL
080250165

Classificação: B - B1-RESIDENCIAL
Modalidade Tarifária: CONVENCIONAL

Tensão Nominal: 220 / 127 V
Tipo de Fornecedor: BIFÁSICO

EDMAR MOREIRA CAMATA
RUA MILTON CALDEIRA 480 LT1A QD7 APT0 1004
ITAPUA / VILA VELHA - ES
CEP: 29101-650
CPF: 08559875700

CÓDIGO DA INSTALAÇÃO

0161081458

CÓDIGO DO CLIENTE

0450380236

DATAS DE
LEITURAS

LEITURA ANTERIOR

14/11/2023

LEITURA ATUAL

14/12/2023

Nº DE DIAS

30

PRÓXIMA LEITURA

12/01/2024



NOTA FISCAL Nº 000.955.322 - SÉRIE / DATA DE EMISSÃO: 15/12/2023

Consulte pela Chave de Acesso em:
<http://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NF3e/consulta>

Chave de acesso:
3223 1228 1526 5000 0171 6600 0000 9553 2220 6799 1019

Protocolo de autorização: 332230000077277 - 15/12/2023 às 20:40:05

REF: MÊS / ANO

DEZ/2023

VENCIMENTO

28/12/2023

TOTAL A PAGAR

R\$ 241,98

Débito automático